
Luta e resistência dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA

The struggle and resistance of peasant farmers in the dairy production chain of São Francisco do Brejão/MA

Juliana Ferreira de Sousa * 

Roberto Leher * 

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a resistência territorial dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA no contexto de investidas do capital no campo por meio da instauração de normatizações técnicas (Instruções Normativas (51/ 62) e da ocupação de novas glebas pela empresa Suzano Papel e Celulose S/A no campo maranhense, provocando expropriações de terras camponesas. A investigação tem como base empírica os relatos dos agricultores camponeses da cadeia produtiva, visitas a pequenas propriedades, o exame de normas técnicas, sites especializados e análise de produções acadêmicas sobre a região. Conclui que o uso de normas técnicas congruentes com a produção de *commodities* pelas corporações engendram um padrão de desenvolvimento agrário destrutivo para o campesinato e, contraditoriamente, emulam lutas e resistências.

Palavras-Chave: território; campo maranhense; cadeia produtiva leiteira; agricultores camponeses; resistências e lutas.

Abstract

This article aims to analyze the territorial resistance of peasant farmers in the dairy production chain of São Francisco do Brejão/MA in the context of capital attacks in rural areas through the establishment of technical regulations (Normative Instructions 51/62) and the occupation of new plots by the company Suzano Papel e Celulose S/A in the Maranhense countryside, leading to the expropriation of peasant lands. The empirical basis of the investigation includes the accounts of peasant farmers in the production chain, visits to small properties, the examination of technical standards, specialized websites, and the analysis of academic productions about the region. It concludes that the use of technical standards congruent with *commodity* production by corporations engenders a pattern of destructive agrarian development for the peasantry and, paradoxically, stimulates struggles and resistances.

Keywords: territory; maranhense countryside; dairy production chain; peasant farmers; resistances and struggles.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
E-mails: ferreira.juliana.sd@gmail.com; leherroberto@gmail.com

Introdução

Referenciado nas reflexões sobre espaço, territórios e processos de construção da existência camponesa, o presente artigo objetiva analisar a resistência territorial dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São F. do Brejão/MA¹² frente às normas técnicas que são incompatíveis com as práticas consuetudinárias e com a própria existência da agropecuária de base camponesa. Ao mesmo tempo, os camponeses estão forçados a lutar contra as expropriações de grandes grupos econômicos, conformando uma cena de cerco que está sendo fechado pela inviabilização das produções leiteira e queijeira tradicionais e pelo intento dos grupos econômicos de ampliar as plantações de árvores para produção de celulose, encolhendo, assim, as áreas de pastagem.

Esses camponeses se confrontam com as frações burguesas do agronegócio e com as formas de regulamentação técnica advinda do Estado, como as instruções técnicas (Instruções Normativas (51/ 62 Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA). A região estudada possui forte presença da Empresa Suzano e Celulose S/A³ que vem ampliando os plantios de eucalipto, assim como estabelecendo plantas industriais de produção de celulose, na região de Imperatriz, setor que demanda imensa quantidade de recursos hídricos, o que não se coaduna com a sobrevivência da agricultura alimentar e a pecuária.

Os procedimentos metodológicos desse trabalho compreendem análise documental, como censos, normas técnicas dos ministérios da Saúde e da Agricultura, documentos setoriais, estudos acadêmicos e os posicionamentos e ações de movimentos sociais e sindicais. A análise documental é um “procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani; 2009, p. 05).

¹ Esse município possui uma população estimada de 12.082 habitantes, com área de unidade territorial de 745,357 km². É localizado no oeste do estado do Maranhão, limita-se ao norte com o município de Açailândia, a Leste com o município de João Lisboa, e a Oeste e ao Sul com os municípios de Cidelândia e Imperatriz. O acesso à sede é feito pela BR-010, na altura do povoado Trecho Seco, percorrendo a MA-125, em 20 km de rodovia. Acesso em 12 de jan de 2023. Disponível em: http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br/A_Cidade/Sobre .

² A cadeia produtiva leiteira desse município é composta por: Produtores (Grandes e Pequenos), Vaqueiros e Ajudantes de Vaqueiros (Fazendas); Motorista e Ajudante (Transporte); Queijeiros, Administrativo e Auxiliares (Laticínios).

³ Essas temáticas serão detalhadas nas páginas vindouras.

A observação participante é outro procedimento metodológico aplicado neste trabalho, que permite aos investigadores uma participação mais ativa, aberta à escuta e envolvente com o campo de estudo:

A observação participante consiste em uma situação de pesquisa advinda da etnografia, onde o observador e os observados se encontram em uma relação “cara a cara”, onde o processo de coleta de dados se dá no ambiente natural dos observados, os quais não são vistos como objeto de pesquisa, mas como sujeitos que possuem uma grande interação com o projeto de estudos e o pesquisador. A observação participante tem suas raízes nas pesquisas da antropologia que utilizaram como método a etnografia, sendo que esse tipo de investigação possui fundamentação em descobertas no campo e envolve a participação do pesquisador no dia a dia dos pesquisados, possuindo uma relação direta, participativa, do observador com os observados (Silva; Souza; Freire, 2018, p. 05).

Em virtude da problemática da pesquisa que demanda interpelações sobre as citadas normas técnicas e as expropriações sempre em diálogo verdadeiro com os sujeitos – camponeses leiteiros – foi necessário realizar entrevistas abertas⁴. Minayo (1993) entende a técnica de entrevistas abertas como uma forma de obtenção de informações mais detalhadas dos ambientes de pesquisa, a partir de uma estruturação em que o entrevistador lança temas e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema proposto, abrindo vias de escutas e diálogos.

As observações participantes e dos processos de entrevistas foram registradas no diário de campo. Além de servir como uma ferramenta reflexiva para o pesquisador, o gênero diário é comumente utilizado como uma forma de compreender a experiência vivida pelos sujeitos pesquisados, especialmente quando a problemática da pesquisa busca captar os significados que esses sujeitos sociais atribuem às suas vivências. O diário desempenha um papel importante na investigação devido à sua natureza subjetiva e intimista, funcionando como um dispositivo que permite adentrar nas percepções e experiências pessoais dos sujeitos estudados (Macedo, 2010). Entretanto, recusando o empirismo vulgar, as teorias seguiram lastreando o cotidiano da pesquisa.

As visitas a campo foram iniciadas no dia 7 de dezembro de 2022, na zona rural do município de São F. do Brejão. Estas visitas ocorreram especificamente na área rural

⁴ As entrevistas com os agricultores camponeses foram realizadas no ano de 2022, após a campanha de vacinação, em que a pesquisadora e os sujeitos entrevistados foram vacinados com as duas doses da vacina contra COVID-19.

É importante destacar também que essa pesquisa passou pelos trâmites éticos a partir do cadastro na Plataforma Brasil e possui o número de identificação CAAE: 60406922.2.0000.5582.

da Serra do Cravinho, que abriga um maior número de agricultores camponeses, alvo principal da pesquisa.

Durante as visitas às fazendas, encontramos dificuldades em entrevistar os agricultores camponeses, já que muitas sedes estavam fechadas e os que estavam presentes mostraram relutância em participar. Assim, a pesquisa teve início com a entrevista de dois agricultores camponeses.

A exposição dos resultados da pesquisa foi estruturada em quatro eixos gerais. O primeiro resgata conflitos na luta pela terra no campo maranhense; o segundo reexamina a categoria campesinato e seus desdobramentos nas discussões teóricas contemporâneas; o terceiro destaca as ofensivas do agronegócio na cadeia produtiva leiteira de São F. do Brejão. E por fim, o quarto destaca a resistência territorial dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira do município aqui estudado focalizando as estratégias de reprodução desses sujeitos no contexto de fechamento do cerco pela expansão do complexo industrial da celulose e pelas exigências de cumprimento de Normas Técnicas que, em parte, são inaplicáveis na produção camponesa.

A luta pela terra no campo maranhense

Os conflitos no campo maranhense se intensificaram a partir da década de 1950, motivados pela ação dos proprietários e governos em territórios tensionados pelo desenvolvimento desigual da estrutura agrária maranhense, causando arbitrariedades na distribuição de terras no estado. Apesar do surgimento desse embate camponês, as lutas travadas no campo maranhense se desenvolveram de maneira particular, já que havia uma submissão de parte dos agricultores camponeses à elite agrária. Embora a história brasileira seja marcada por revoltas e lutas camponesas, a forma política assumiu novos contornos nos anos 1950. Carneiro (2022, p. 87) enfatiza que “somente em 1953, foi organizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, reunindo agricultores camponeses dos estados do Centro-Sul em São Paulo, e simultaneamente das regiões Norte e Nordeste em Recife.” Esses momentos de mobilização e organização foram fulcrais para a expansão desse

movimento em outras regiões do país, logo depois essa conferência se expandiu para outros estados como Pernambuco, Paraíba e Maranhão.

Carneiro (2022) argumenta que os procedimentos de mobilização e organização foram efetivados no estado do Maranhão no final de 1954, após a criação da Comissão Estadual de Reforma Agrária no estado, a implementação dessa comissão foi primordial para a disseminação das ideias pró-reforma agrária no interior do estado. A organização foi excepcional também para intensificar os conflitos entre os agricultores camponeses e os grandes proprietários de terra, e esse antagonismo ocasionou surgimento de associações de trabalhadores rurais e fortaleceu as lutas camponesas no estado.

A luta pela terra no estado do Maranhão foi marcada pela violência impingida contra os agricultores camponeses. Conceição (1980 apud Carneiro, 2022) enfatiza que essas ações violentas se agudizaram a partir da década de 1960, período de confrontos entre os latifundiários e os agricultores camponeses. Todo esse embate foi iniciado pelos pecuaristas que decidiram deixar o gado solto acarretando a invasão dos rebanhos nas pequenas plantações dos agricultores camponeses. Esse acontecimento foi crucial para o movimento de reivindicação dos agricultores camponeses a respeito dos seus direitos, eles protestaram para o fim da prática do gado solto, entretanto esse pedido não foi aceito pelos latifundiários. Os agricultores camponeses passaram a executar os animais que invadissem suas plantações. Já na década de 1970, as lutas camponesas no estado foram dispersadas, como em todo país, no contexto do golpe empresarial-militar e de aplicação da política de modernização conservadora no campo brasileiro (Carneiro, 2022).

Essa nova configuração promoveu um crescimento da monopolização das relações produtivas do campo que ficaram ainda mais concentradas nas mãos dos grandes latifundiários. Outro fator primordial para se destacar é que essas ações supracitas foram fortalecidas pelo Estado, precisamente no governo de José Sarney que consagrou a delegacia de terras. “Delegacia de Terras foi à criação da Lei das Terras, nº 2.949, de 17.6.69, do Estado do Maranhão, promulgada pelo decreto 4.028, de 28.11.69, que manifestava o propósito de incentivar a grande propriedade” (Carneiro, 2022, p. 78).

Com o fim da ditadura empresarial-militar a subordinação camponesa aos latifundiários foi alterada, em distintos graus, a partir da implementação de políticas de reforma agrária e com a efetivação, em 1985, do I Plano Nacional de Reforma Agrária, reacendendo a luta pela terra. A década de 1980 foi marcada por importante

movimentação dos agricultores camponeses e dos trabalhadores rurais na ocupação de terras em todo território do estado do Maranhão, com um expressivo número de projetos de assentamentos.

Na década seguinte, já na vigência da Constituição de 1988, houve um crescimento significativo das políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro. Embora insuficientes, os projetos de assentamentos foram contemplados com ações heterogêneas de infraestrutura básica, como construção de estradas, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e construção de escolas e postos de saúde. Nesse período foram implementadas políticas de acesso ao crédito rural junto às instituições financeiras para projetos de reforma agrária. Dentre os programas destacam-se o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (PRONAF). A existência dessas políticas foi um fator importante para as lutas camponesas. Entretanto, a escala desses programas e da própria reforma agrária foi muito aquém das demandas dos sujeitos em luta.

No entanto, o acesso ao crédito rural estava limitado a algumas atividades produtivas que não correspondiam às práticas agrícolas dos camponeses. A maioria deles se dedicava à agricultura, especificamente na produção de arroz, algodão e babaçu. Os créditos disponíveis para os camponeses foram direcionados principalmente ao financiamento da pecuária.

Silva Neta (2018 apud Carneiro, 2022) aponta que, naquele período, os técnicos encarregados da supervisão dos créditos rurais não possuíam nenhuma política que incorporasse a agricultura e a pecuária camponesas. Eles simplesmente priorizavam o financiamento de projetos relacionados à pecuária nos moldes da modernização conservadora, negligenciando outras opções de produção. Isso deixou os camponeses com apenas uma escolha: cultivar capim para o gado ou perder suas terras. A autora relata que os camponeses não se moldaram a essa situação, pois o processo de plantar capim era extremamente prejudicial para eles, uma vez que envolveu o desmatamento de suas terras e comprometeu a fertilidade do solo.

Apesar das dificuldades enfrentadas na obtenção de crédito fundiário e da resistência dos camponeses em adotar tal prática produtiva, a criação de pastagens e a atividade pecuária passaram a ser realidade no campo maranhense. É através dessa nova

dinâmica produtiva que a Microrregião Homogênea de Imperatriz (MRH)⁵ se torna uma região de extrema importância para a pecuária, especialmente para pecuária leiteira.

A questão do campesinato

O aprofundamento das contradições do capitalismo dependente em suas particularidades nas áreas rurais do Brasil tem destruído os territórios e as formas de vida das pessoas. De acordo com Martins (1981), a percepção da realidade camponesa no Brasil foi estabelecida através de uma comparação inadequada com a situação rural da Rússia no século XIX. O autor ressalta que existem diferenças significativas entre o campesinato russo daquela época e o campesinato brasileiro do século XX. Na Rússia, a luta camponesa estava relacionada ao avanço do capitalismo, pois envolvia um campesinato arraigado à terra, estruturado em comunidades tradicionais, que resistia à expropriação que poderia desenraizá-lo. Distintamente, o campesinato brasileiro busca acesso à terra, uma vez que enfrenta constantes processos de expropriação e apropriação da mesma. Quando expulso, o campesinato frequentemente busca retornar à terra, mesmo que seja em locais diferentes de onde originalmente estava. Esse campesinato se disseminou à medida que a agropecuária capitalista se expandiu, sendo resultado dessas contradições. Portanto, enquanto houver relações capitalistas no campo, a luta camponesa continuará existindo.

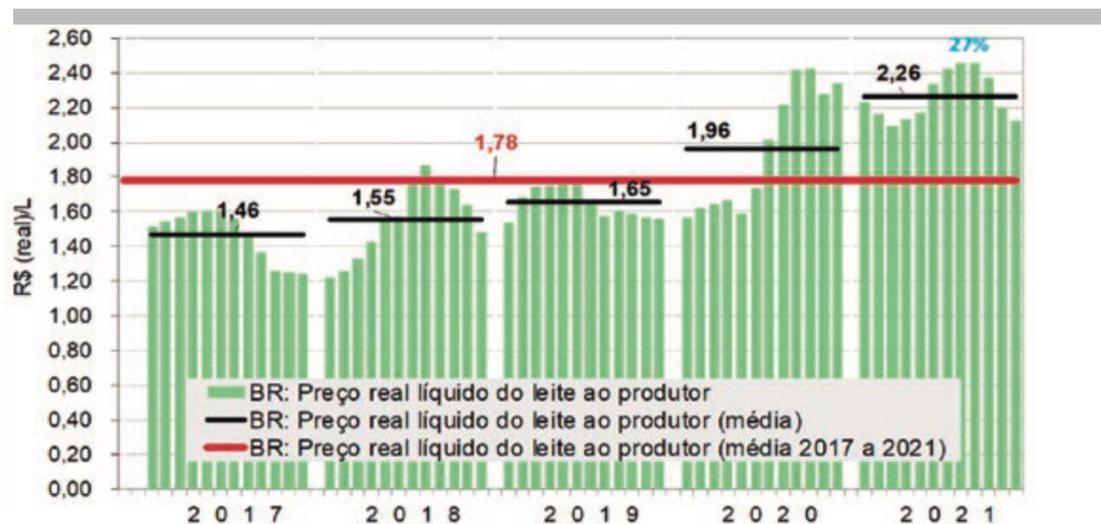
É crucial ressaltar que o conceito de campesinato não é tratado aqui como uma definição simplista, mas sim como uma construção histórica que está intrinsecamente ligada às lutas políticas e aos conflitos entre classes. Nesse contexto, o campesinato não configura um modelo clássico (e, de certo modo, eurocêntrico) de classe social e não pode ser definido exclusivamente em termos geográficos, uma vez que reflete a estrutura social como um todo. Portanto, não se trata apenas de uma definição, mas também da atribuição de um porvir histórico.

Diante dessa perspectiva, optaremos por utilizar o termo agricultores camponeses para se referir aos proprietários de pequenas fazendas inseridos na cadeia

⁵ De acordo com o IBGE, os seguintes municípios compõem a Microrregião Homogênea (MRH) de Imperatriz: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Vila Nova dos Martírios.

produtiva do setor leiteiro em São F. do Brejão que são o foco desta pesquisa. É importante destacar que esses indivíduos possuem um histórico de lutas pela terra, as quais foram travadas no contexto do avanço do capitalismo no campo maranhense. Apesar das adversidades enfrentadas diante desse sistema econômico desigual, os agricultores camponeses que integram a cadeia produtiva do leite em Brejão ainda subsistem e resistem na batalha pela manutenção de suas terras e meios de vida, porém sob condições adversas: a comercialização do leite e do queijo feito com leite não pasteurizado no mercado formal possui crescentes restrições, a queda do preço do leite) reduz a margem de lucro dos agricultores com baixa tecnologia, abrindo assim as vias para a expansão do plantio de eucalipto.

Figura 1 – Indicador brasileiro dos preços líquidos reais para o leite. Em R\$/Litro de leite



Fonte: Embrapa (2022).

O campesinato tem “na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário. O camponês não é uma figura do *passado*, mas uma figura *do presente* da história capitalista do país” (Martins, 1981, p. 16, destaques do original). A adoção do termo "agricultores camponeses" nesta pesquisa problematiza as interpretações restritas acerca do campesinato, que afirmam seu declínio ou desaparecimento. Contrariando tais visões, esses sujeitos protagonizam lutas vivas que ocorrem no campo brasileiro. Essa escolha terminológica visa combater ideias limitadas e reafirmar a existência pulsante dos agricultores camponeses em meio às dinâmicas do campo.

As proposições sobre o desaparecimento da classe camponesa resultam de uma leitura de que os avanços do capitalismo nas relações produtivas do campo levariam ao assalariamento clássico em todo ramo da agricultura. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com essa expansão e monopolização do capital, a economia camponesa não pode ser reduzida à dinâmica do sistema produtivo engendrado pelo capital. Um exemplo dessa divergência pode ser observado na forma como o campesinato atribui significado às terras camponesas, em contraste com a forma como o metabolismo social do capital emprega as terras capitalistas (Martins, 1981).

É importante destacar que essas contradições não podem ser simplesmente transferidas de uma realidade histórica para outras realidades, como mencionado anteriormente. É fundamental partir especialmente da realidade desse campesinato para compreender as dinâmicas contraditórias que envolvem a luta camponesa em sua essência, evitando a mera especulação política. Como apontado, compõe o objetivo desta pesquisa desenvolver uma compreensão dessas contradições por meio de uma análise sensível ao contexto dos agricultores camponeses na cadeia produtiva leiteira, buscando assim reafirmar a resistência dos sujeitos do campo maranhense.

A tentativa de marginalizar as formas de vida camponesa no cenário político da luta agrária são impulsionadas pelo contínuo avanço do sistema de metabolismo social do capital nas relações econômicas do meio rural. O camponês brasileiro se estabeleceu nesse contexto de crescimento do sistema produtivo capitalista (Martins, 1981).

Na realidade, essa tentativa de excluir o campesinato é um modo de suprimir seu protagonismo nos processos históricos. Martins (1981) enfatiza a seriedade e a extensão dessa restrição ideológica. Ele destaca a necessidade de chamar a atenção para os eventos políticos da história contemporânea brasileira que envolvem o campesinato. No entanto, esses eventos não são conhecidos pela população em geral e, o que é importante, por muitos intelectuais. O autor ressalta que no imaginário de muitos "acadêmicos de prestígio", esses eventos são ignorados. A história brasileira, mesmo aquela estudada por certos setores da esquerda, é limitada a uma história urbana, uma história das elites dominantes e, especialmente, uma história dos que participam do pacto político dominante.

Assim, as lutas camponesas têm sido marginalizadas no campo político, sendo conceituadas de forma a desacreditá-las e desvalorizá-las, perpetuando a visão de que

são movimentos políticos sem potencial. É crucial estabelecer novos balizamentos no debate político em relação ao campesinato, pois há uma necessidade de redefinir essa narrativa. Martins (1981, p. 13) evidencia que “o problema nem é um problema estritamente econômico nem estritamente teórico – é um problema político, da luta e do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados. Esse é um problema que precisa de respostas e respostas políticas”.

Nesse contexto de contradições, o presente artigo propugna que é essencial ouvir o campesinato, mas essa escuta não pode ser simplificada apenas por meio dos discursos dos chamados "agentes sociais". É fundamental ouvir atentamente as próprias vozes dos camponeses. Em vez de impor interpretações prejudiciais sobre o campesinato ou menosprezá-las, é necessário verdadeiramente ouvi-las. Esse exercício só é possível se compreendermos que a resistência não ocorre em um universo separado e isolado: a luta camponesa contra a expropriação promovida pelo capital surge dentro do próprio sistema capitalista. Em outras palavras, essa resistência surge das contradições que se opõem entre trabalhadores e burgueses, uma vez que a questão agrária é uma das manifestações dos processos contraditórios do capital (Martins, 1981).

Ofensiva do agronegócio contra a produção dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA

A intensificação da modernização tecnológica e do alastramento das relações socio-reprodutivas do capital na produção leiteira assumem nova escala na década de 1940, a partir do surgimento de regulamentos que definem critérios para comercialização do leite cru (Viana e Ferras, 2007). Essas mudanças foram impulsionadas pela divulgação ampla de diretrizes produtivas pelos órgãos de pesquisa agropecuária. O Estado desempenhou um papel crucial na promoção dessa modernização, por meio de incentivos que visavam fortalecer as novas condições de produção, como a implementação do tabelamento do preço do leite em todas as regiões do país.

As regulações estatais assumem novas conformações no atual século. Dentre as diversas políticas estatais de estímulo que impulsionaram o desenvolvimento comercial da indústria leiteira, destacam-se neste artigo as Instruções Normativas nº 51/2002 e nº 62/2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essas regulamentações foram estabelecidas com o objetivo proclamado de estabelecer

critérios de modernização sanitária em todas as etapas da cadeia produtiva do leite. A primeira normativa a ser publicada para atender a essa demanda foi a IN 51, promulgada em 18 de setembro de 2002, com o propósito de:

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite. (Brasil, 2002, destaques do original)

A instrução normativa foi aplicada em todo o território nacional com o objetivo proclamado de aprimorar e modernizar de maneira mais precisa a legislação sanitária federal que governa a indústria leiteira. A IN a produção leiteira passou a ser regulamentada:

Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa. (Brasil, 2002)

A IN estabelece diretrizes técnicas relacionadas à produtividade, identidade e qualidade de diferentes tipos de leite, abrangendo desde o leite tipo A até o leite tipo C, além do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado. A IN 51 apresenta seis anexos que definem os padrões para cada um desses tipos de leite.

No entanto, a IN 51 passou por revisões e, em 29 de dezembro de 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) emitiu a IN 62, que essencialmente alterou o cronograma dos critérios de qualidade do leite harmonizando a Norma com os processos produtivos do grande capital, secundarizando as formas tradicionais que, também elas, deveriam ser objeto de diretrizes específicas que assegurassem a sua permanência e a valorização de práticas consagradas na produção de queijos, por exemplo, embora com novos cuidados sanitários como indicados na classificação de leite tipo B e C. Nesse sentido, o MAPA determina que:

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, e o que consta do Processo nº 21000.015645/2011-88, resolve: Art. 1º Alterar o caput, excluir o parágrafo único e inserir os §§ 1º ao 3º, todos do art. 1º, da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 18 de setembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação. (Brasil, 2011)

A implementação das regulamentações de produção na atividade pecuarista leiteira impulsionou processo de industrialização das unidades beneficiadoras na cadeia produtiva do leite. A Tabela 1 demonstra esse cenário.

Tabela 1. Produção de leite sob inspeção no Brasil, por regiões - Em mil litros

Brasil e UF	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/19	Variação 2016 a 2020
Norte	1.091.490	1.126.978	1.049.343	1.018.353	1.008.832	-0,9%	-1,9%
Nordeste	1.173.348	1.250.228	1.406.582	1.554.246	1.714.485	10,3%	9,9%
Sudeste	9.477.376	9.716.754	9.634.543	9.842.681	9.995.024	1,5%	1,3%
Sul	8.431.814	9.118.698	9.203.724	9.323.928	9.682.019	3,8%	3,5%
Centro-Oeste	2.994.605	3.120.853	3.163.670	3.266.442	3.115.665	-4,6%	1,0%
Brasil	23.169.654	24.33.511	24.457.864	25.001.824	25.525.831	2,1%	2,5%

Fonte: Conab (2021). **Elaboração:** Autores.

Esse impulso para regularização é reforçado pela fiscalização dos estabelecimentos que não estão em conformidade com as normas estabelecidas. Nesse contexto, as regulamentações têm se tornado mais rígidas, sempre em nome do controle sanitário e da integridade da cadeia produtiva do leite. Um exemplo do recrudescimento do progresso regulatório pode ser observado na criação da IN 62, incorporando mudanças recomendadas pelo MAPA.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA instituirá Comissão Técnica Consultiva permanente, com vistas à avaliação das ações voltadas para a melhoria da qualidade do leite no Brasil."(NR) Art. 2º Alterar os Anexos I, IV, V e VI da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 18 de setembro de 2002, na forma dos Anexos I a IV desta Instrução Normativa. Art. 3º Ficam revogados os Anexos II e III da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 18 de setembro de 2002. (Brasil, 2011)

A intenção da criação da IN 62 é "aprimorar" certas medidas estabelecidas na IN 51. Uma das mudanças significativas presentes na IN 62 é a eliminação dos anexos II e III dessa regulamentação. A revogação desses anexos implica na interrupção da produção de leite tipo B e C, mantendo apenas novos padrões de qualidade para o leite tipo A, leite pasteurizado e leite cru refrigerado. O anexo III da IN 51 era exclusivamente dedicado à produção de leite cru tipo C. É importante ressaltar que a maioria dos agricultores camponeses do município em estudo produz este tipo de leite, e

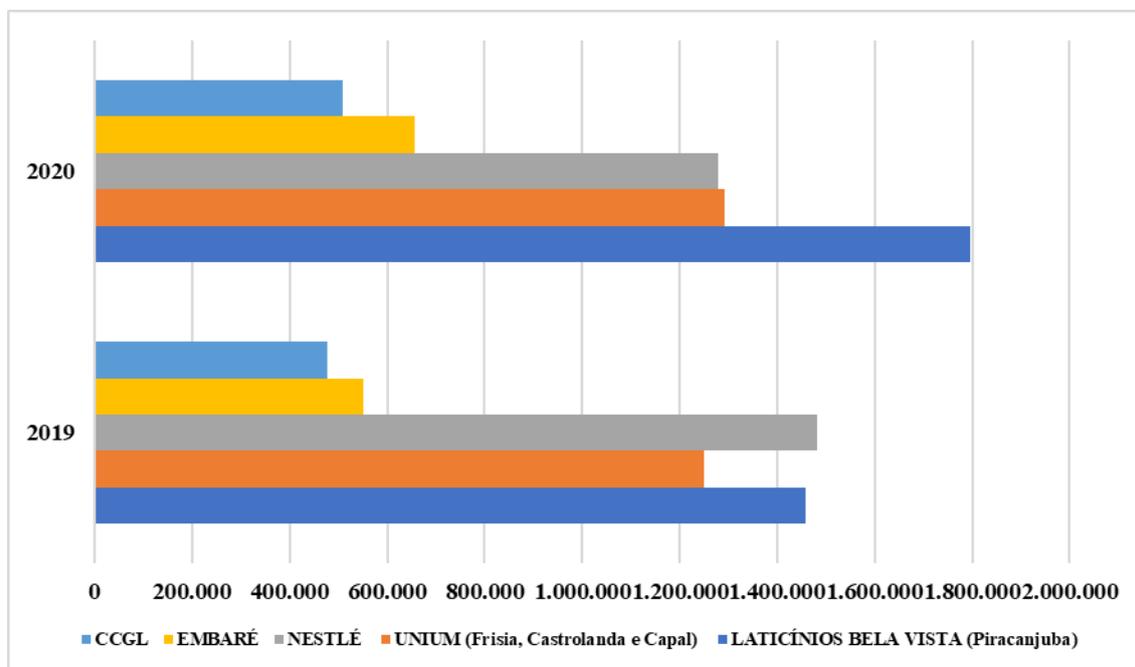
a remoção desse anexo afeta a dinâmica desses agricultores na cadeia de produção de leite em São F. do Brejão. A implementação dessas IN regulamenta todo o processo da produção leiteira desencadeando assim uma série de modificações sociais, econômicas e territoriais nas realidades socioeconômica do país: a interrupção da produção do leite tipos B e C altera de modo radical a comercialização dos produtos dos agricultores camponeses.

Essas normativas contribuem para o processo de expansão das grandes indústrias lácteas em todo o Brasil, no Gráfico 1 é possível visualizar que a rede de Laticínios Bela Vista (Piracanjuba) é a maior empresa de lácteos do Brasil, essa empresa chegou a produzir 1.457.537 mil litros em 2019 e chegou à marca de 1.796.808 mil litros em 2020.

Em segundo lugar do ranking está a rede UNIUM (Frisia, Castrolanda e Capal), essa empresa produziu 1.251.157 mil litros em 2019 e 1.292.423 mil litros em 2020.

Na terceira posição está a rede Nestlé que teve uma produção de 1.482.275 mil litros em 2019 e 1.278.00 mil litros em 2020. Já em quarto e quinto lugar ficam as empresas Embaré e a CCGL. A Embaré teve um valor de produção de 549.909 mil litros em 2019 e de 657.497 mil litros em 2020. Já a CCGL teve um valor de produção de 477.889 mil litros em 2019 e 508.793 mil litros em 2020.

Gráfico 1 – 24º Ranking das maiores empresas de laticínios do Brasil (2020)

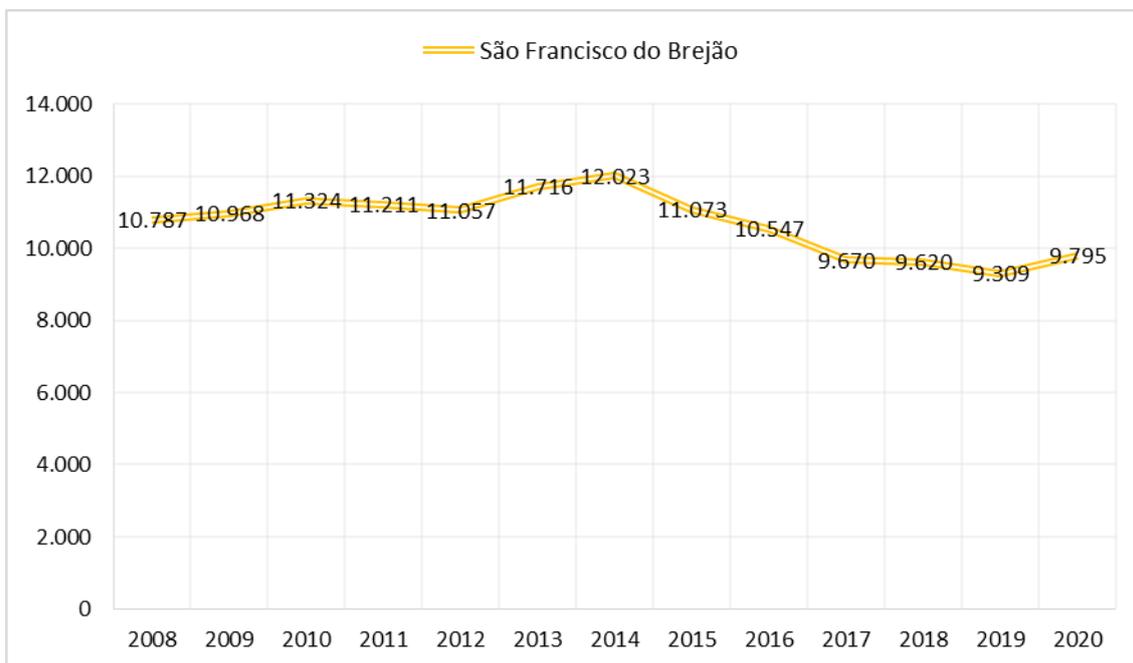


Fonte: EMBRAPA/Gado de Leite, 2020. **Elaboração:** Autores.

O estado do Maranhão, por exemplo, abriga em média 52 laticínios registrados. Entre os mais proeminentes no beneficiamento de leite estão localizados na Região Tocantina do estado, nas cidades de Açailândia e Imperatriz, destacam-se: Laticínios Córrego Novo, com destaque para empresas como Laticínios Bethe, Indústria de Queijos e Laticínios Tina. Granleite e Laticínios União do Brasil Eireli.⁶

No início da presente década, o município de São F. do Brejão contava com duas fábricas de laticínios, com estrutura padronizada: a fábrica de laticínio São Francisco⁷ e a Aliança. Contudo, atualmente, a única em funcionamento é o Laticínio Aliança. No Gráfico 2, é possível observar as flutuações na produção de leite do município ao longo do tempo. Em 2008, a média de produção foi de 10.787 mil litros, atingindo o ápice em 2014 com uma média de 12.023 mil litros. Recentemente, em 2020, houve uma queda na média de produção para 9.795 mil litros, representando um dos valores mais baixos registrados nos últimos anos.

Gráfico 2 – Quantidade de leite produzida ao longo dos anos no município de São Francisco do Brejão/MA (Unidade: l x 1000)



Fonte: IBGE – (2020). **Elaboração:** Autores.

⁶ Ranking das 52 Maiores Empresas de Laticínios no Maranhão. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/guia-empresas/maiores-empresas-INDUSTRIA-ALIMENTOS-LATICINIOS/MARANHAO>. Acesso em: 26 mar. 2022

⁷ A fábrica foi fechada alegando falência.

Outro fator a ser considerado no contexto de modificações sociais, econômicas e territoriais da cadeia produtiva leiteira de São F. do Brejão é a chegada da Empresa Suzano Papel e Celulose S/A à, que tem tido um impacto significativo na microrregião de Imperatriz, e tem causando mudanças significativas nas atividades produtivas e territoriais na região. De acordo com Oliveira e Silva (2019), a empresa inicialmente se instalou no estado com o objetivo de fornecer energia (carvão) para as indústrias de ferro-gusa; ademais, o cultivo de eucalipto também estava direcionado para a produção de celulose. A principal razão para a escolha do estado do Maranhão, e especificamente da microrregião de Imperatriz, foi o fato de que o plantio de eucalipto já estava consolidado na região. Além disso, as características geográficas, como a disponibilidade de terras baratas, infraestrutura de transporte, recursos hídricos e força de trabalho abundante, contribuíram para tornar Imperatriz um local estratégico para a instalação da Empresa Suzano Papel e Celulose S/A. Alves e Nóbrega (2008) destacam esse processo de introdução da empresa na microrregião de Imperatriz:

O cultivo de eucalipto no Maranhão, em especial na Microrregião de Imperatriz, vem sendo estimulado e expandido desde a década de 1990, como mencionamos anteriormente. Inicialmente isso ocorreu através da CELMAR Indústria Papel e Celulose, empresa que pertencia à então Companhia Vale do Rio Doce, a qual vendeu recentemente, em 2008, aproximadamente 80 mil hectares de plantio de eucalipto para a Suzano Papel e Celulose. Essa, por conseguinte, finalizou as obras da planta de fábrica no segundo semestre de 2013 e foi inaugurada em 20 de março de 2014 (Alves; Nóbrega, 2018, p. 17).

A instalação dessa empresa provocou transformações socioeconômicas em toda a microrregião, que se manifestam tanto nos aspectos físicos do território maranhense quanto nas práticas produtivas locais, as quais passaram a estar voltadas principalmente para o desenvolvimento da empresa em questão. Essas mudanças são especialmente evidentes na reconfiguração espacial das áreas rurais do Maranhão, agora direcionadas para a exploração de recursos arbóreos para a produção de celulose destinada à exportação.

As plantações extensivas de eucalipto tornaram-se uma parte significativa da paisagem rural de São F. do Brejão. Durante o trabalho de campo, foram observadas vastas áreas de cultivo de eucalipto, presentes tanto em grandes propriedades quanto em propriedades de médio e pequeno porte.

Deparei-me, também, com uma plantação enorme de eucaliptos: do lado direito de quem está indo para o povoado da Serra do Cravinho a plantação de eucalipto é uma cultura dominante, quase não há pastos. Eu e meu pai medimos dez quilômetros de plantação de eucalipto de uma fazenda até o povoado o primeiro povoado dessa região. Vi nas placas que sinalizam as plantações que elas pertencem a empresa Suzano Papel e Celulose (Diário de Campo, Seção 01, 2022).

É importante ressaltar que a atuação da empresa não se limita apenas à expansão das áreas de cultivo de árvores para a produção de celulose. Ela também subcontrata a produção de eucalipto nas terras dos agricultores camponeses. Isso é feito por meio do arrendamento e da aquisição da madeira dos proprietários que cultivam eucalipto em suas propriedades, para posterior comercialização dessa matéria-prima. Mas também ocorre por meio de aquisição das terras dos agricultores camponeses, muitos debilitados pelas mudanças no setor leiteiro aqui discutidas.

Produtores de diferentes tamanhos, desde pequenos até grandes proprietários de terras, estão subordinados à essa dinâmica. A empresa implementa políticas de financiamento para viabilizar o suprimento da unidade industrial localizada na microrregião de Imperatriz. Atualmente, existem duas modalidades de financiamento disponíveis para os agricultores participarem do processo de produção da monocultura de eucalipto.

RENDA VERDE – Destinado a pequenos e médios produtores rurais, os quais recebem financiamento do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia (BASA), enquanto a assistência técnica e o fornecimento de insumos agrícolas para o plantio ficam a cargo da empresa; *INVEST VERDE* - Destinado a grandes produtores rurais. Nesse programa também ocorre a prestação de assistência técnica e o fornecimento de insumos agrícolas para o plantio de eucalipto pela empresa ao produtor (Alves; Nóbrega, 2018, p. 20, destaques do original).

Fica evidente que o objetivo da empresa com esse projeto de financiamento nas propriedades rurais é expandir cada vez mais sua área de plantio de eucalipto e, conseqüentemente, modificar a dinâmica produtiva dessas propriedades. Uma divergência na distribuição de recursos é observada nas propostas de financiamento mencionadas anteriormente: os agricultores camponeses precisam negociar com instituições bancárias para obter financiamento para os custos das plantações, enquanto os procedimentos envolvendo os grandes produtores não são transparentes, mas sugerem que esses proprietários maiores seriam responsáveis pelos investimentos, enquanto a empresa cuidaria de certas tarefas, como o fornecimento de insumos agrícolas. Essa divergência é clara em relação ao envolvimento dos agricultores camponeses em empréstimos bancários e a possibilidade de se endividarem.

Essa mudança na atividade produtiva pode ser atribuída, em grande parte, à desvalorização da produção leiteira, especialmente nas propriedades que anteriormente se dedicavam à produção de leite como matéria-prima.

No caso desses últimos, quando vendem ou arrendam suas terras – essa última modalidade, às vezes, desenvolvida em forma de parceria empresa-proprietário/posseiro, com a manutenção do camponês na terra –, eles são obrigados a abandonar suas formas produtivas e adotarem o pacote agrícola da empresa na tentativa da manutenção de sua sobrevivência. Ou, ainda, quando vendem a terra, migram definitivamente para o núcleo urbano de Imperatriz e de municípios vizinhos e passam a habitar as periferias pobres das cidades (Alves; Nóbrega, 2018, p. 22-23).

Alves e Nobrega (2018) alertam que a implantação da empresa tem exacerbado os conflitos agrários na região, que envolvem interesses divergentes. De um lado, temos empresas agroindustriais, madeireiras, grileiros e mineradoras, de outro lado, encontramos as comunidades camponesas agroextrativistas locais e os pequenos produtores. Esses novos eventos se somam aos conflitos antigos, pois, como assinalado, a região é conhecida por ser palco de intensos e graves embates entre representantes do sistema socio-reprodutivo do capital e das populações locais, com a disputa orbitando em torno da posse e uso da terra.

Em resumo, compreendemos que esses agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira em São F. do Brejão estão enfrentando uma luta diária e constante para permanecerem na atividade produtiva leiteira, lutando não apenas pela sobrevivência econômica, mas também pela posse e uso da terra.

Resistência territorial dos agricultores camponeses de São Francisco do Brejão/MA

A seção anterior demonstra as estratégias de ampliação do agronegócio no campo maranhense. É possível observar que esse processo não resulta apenas em diferenciação e polarização social entre camponeses e latifundiários, mas o que é o desdobramento desse processo do capital, promove a pauperização e marginalização do campesinato. Ao direcionar os sujeitos do campo ao trabalho assalariado e à produção subcontratada a serviço dos grandes grupos o campo maranhense torna-se território de disputa em que o capital impõe suas regras mercantis.

Apesar de todos os dados apontarem para o crescimento do processo socio-reprodutivo do capital no campo, não existe uma apropriação geral desse território

por esse modelo produtivo, pois persistem lutas e resistências dos sujeitos do campo a tais dinâmicas capitalistas. O campo brasileiro não é apenas territorialidade do capital, é também um território de resistência e luta. “No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Isso não quer dizer que esses movimentos socioterritoriais estão alheios às formas de reprodução capitalistas, todavia eles buscam estratégias de resistência a esse sistema para continuarem se reproduzindo no campo brasileiro. “O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência” (FERNANDES, 2005, p. 30).

Os agricultores camponeses da realidade da cadeia produtiva leiteira de São F. do Brejão iniciaram um processo de resistência territorial diante das ofensivas do agronegócio no campo maranhense. E essa resistência ocorre a partir de novas estratégias produtivas que auxiliam esses sujeitos no processo de fixação e resistência territorial.

Por exemplo, na propriedade do Agricultor Camponês 01⁸ existe uma produção diária de leite que é vendida para a fábrica de laticínio do município (uma produção pequena, comparada as das grandes propriedades). Entretanto, o Agricultor Camponês 01 possui uma produção alternativa, ele fabrica queijo caseiro em pequena quantidade e vende porta a porta na região. Apesar de ainda produzir queijo para complementar a renda da propriedade, o agricultor camponês não está completamente satisfeito e manifesta sua insatisfação diante do cenário, ao lembrar a dinâmica da sua produção, antes das interferências das instruções normativas:

Assim, a gente sempre fazia assim, quando eu trabalhava na fazenda ali eu fazia, porque eu tinha umas vacas minhas que levou pra lá, eu amanei outras, aí eu fazia, por semana tinha vez que eu fazia 30, 40 e 50 barras de queijo, num tem. Que eu fazia, mas era pra mim, não era pra fazenda não. E aqui tem esse negócio dessa lei aqui que nem tem como tirar pra fazer queijo, porque se tirar, eles compram nosso leite barato, e se nós tirar pra fazer um queijo aqui, é arriscoso eles tacar aqui, e nos sair algemados daqui, porque nós não tem selo, tem que ter né, o produto, e nós num tem coitado aí só trabalha assim, gente pobre é assim (Agricultor Camponês 01, 2022, meus destaques).

⁸ Dois agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão /MA foram entrevistados. E esses agricultores camponeses são identificados no texto a partir de numerações para que possamos manter o anonimato dos entrevistados na pesquisa, com isso, eles são reconhecidos no texto da seguinte forma: Agricultor Camponês 01 e Agricultor Camponês 02.

Já na propriedade do Agricultor Camponês 02 ocorreu uma conversão produtiva, pois o agricultor abandonou a produção leiteira para se dedicar a criação de bezerros e ao cultivo de frutas para a produção de polpas que são vendidas no município, como uma forma de renda adicional. O Agricultor Camponês 02 detalha minuciosamente os motivos que levaram a mudança produtiva da sua propriedade:

É...foi mais barato. Porque se tu pegar 8.500 e dividir pra 330 reais hoje a arroba que o preço do bezerro hoje pra tu comprar ele...que vê tu faz aí pra tu ver...nós faz as duas comparação 8 mil e meio o valor de uma vaca só dividido pra 330 reais...25 arrobas...aí tu divide pra seis, que é o tamanho do bezerro..deu 4...um bezerro desse tu nem precisa tu cuidar bem cuidado ele dá meia arroba por mês. 4 vez ponto 50 dá 2 né...vezes quanto que eu falei 300...pode colocar 300 bota 300...é 1200...o lucro que dá o dinheiro da vaca transformado em bezerro...por mês dá 1200 reais tá entendendo. Agora pega uma vaca dessa ela dá quantos litros de leite? 6 litros...agora bota vezes trinta...180 né...agora vezes 1,50...270. Agora olha a diferença. Tipo assim, quando aparece a oportunidade eu vendo na hora que aparece a oportunidade comprar eu compro, entendeu? Agora esses dias eu vendi a 290 agora a arroba, mas parece que já aumentou um pouquinho. O bezerro tu vai ter que esperar, tu vai ter que ter outras rendas, eu faço meus bicos e minha mulher também pra suprir o bezerro no pasto. Uma carrada de boi com 18 boi só de 17 arroba que ele vai ganhar mais peso e as vezes eu vendo uma carrada com 20, por causa da estrada que é boa, dá 88 mil e 700 e 40 reais, tem lugar que não sai não por causa da estrada. Eu transformei vaca em bezerro tem um ano. Eu tenho mais de duas carradas de boi aqui daqui dois anos eu tô com 177 mil reais e 480 reais o preço do boi com o preço passado com 17 arrobas só que eu tô botando, entendeu, e com o leite sabe quando eu vou pegar nesse dinheiro, nunca, sabe por que? Por que a quinzena quando paga não dá pra tu fazer nada, só dá pra pagar o sal, o vaqueiro, se tu tiver um vaqueiro, mas aqui era eu mesmo que tirava (Agricultor Camponês 02, 2022, meus destaques).

O Agricultor Camponês faz, ainda, uma demonstração do desempenho da atividade produtiva que ele desenvolve hoje na sua propriedade, que, como indicado, é a criação de bezerros. O entrevistado cita valores numéricos advindos de sua nova atividade produtiva para comprovar como ela é muito mais lucrativa do que a produção de leite. Ele descreve que a produção de leite está se tornando inviável, não fornecendo recursos suficientes para sustentar sua propriedade e atender às necessidades básicas. É importante ressaltar que esse não é um caso isolado, pois muitos agricultores enfrentam dificuldades semelhantes na manutenção de suas propriedades rurais devido às restrições e padronizações impostas pela cadeia produtiva leiteira, principalmente por meio das normatizações. Kieling e Deponti (2015 apud DEPONTI, 2007) alertam que essa busca por alternativas produtivas faz parte da história camponesa brasileira:

(...) a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário, subalterno na sociedade brasileira, sendo historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, pois quem se impôs como modelo dominante foi a grande propriedade. Tal fato leva o campesinato ao longo de sua história a utilizar estratégias em busca de um espaço próprio. Para isso, tanto no passado quanto atualmente, há uma preocupação do camponês não apenas com a subsistência (autoconsumo), Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015 mas também com o acesso ao mercado, almejando uma atividade mais estável e rentável, a fim de afastar a precariedade estrutural e a instabilidade do sistema de produção (...) (Kieling; Deponti, 2015, p. 05 apud Deponti, 2007, p.04).

O agricultor camponês observa que a produção de leite é uma opção de renda, mas que atualmente ela se tornou insustentável, principalmente para produtores de pequeno porte. O agricultor disse:

E depois que mudou a criação pra bezerro sobrou pasto que a vaca ela come absurdamente com aquele barrigão bem grande cabe coisa demais...é uma das coisas que o cara não vê é isso aí oh...por exemplo agora esses dias os meninos falando rapaz o fazendeiro 3 tira mil litros de leite...aí ele falou falou...rapaz um cara desses tá bem demais...quanto é que dá...se a gente for ver aí mil litros de leite a 1,50...faz a conta aí...aí eu peguei eles e disse nã...só vai fazendo a conta do negócio aí...1500 por dia...vê aí vezes trinta...dá 45 mil...ele só olha pra isso aí. Só o que tem envolvido pra tirar esse tanto de leite? Ele tem que ter no mínimo duzentas vacas ou mais porque não é só...ele não tira de 100 vacas que num conheço nenhum fazendeiro que tira 10 litros de leite na média, tem o dinheiro do vaqueiro...no máximo dá 8 a média, quem tem boa, eu me arrisco a dizer que ele tem lá trezentas vacas, 150 dando leite e 150 descansando, ou que seja 200 tirando, lactação e 100 descansando porque a vaca ela fica...a de leite...ela fica um período maior em lactação, aí ela...pode ser que seja isso aí, mas 300 vaca hoje...se tu pegar 300 vacas hoje e botar o preço da vaca hoje uma vaquinha mais ou menos é 8.500 que o cara fala aí...tem deles que fala mais, se tu pegar um vaca aí de 8.500 aí bota vezes 300... que vê tu bota aí...2 milhões e quinhentos e cinquenta mil... isso só nas vacas e a terra que hoje é 100 mil reais o alqueiro de terra aqui... aí pra tu criar 300 vacas tu tem que ter no mínimo 150 alqueires de terra, porque não é só a vaca, tem o bezerro, tem a novilha, tem num sei o quê...moço...e quantos vaqueiros vai ter que dá conta de fazer esse manejo. O fazendeiro fez aqui num alqueiro...eu se eu não me engano parece que o alqueiro vai custar aí...quase... num sei se é 30 mil pra dar pronto...um alqueiro só dá pra 50 vaca. É pra plantar o milho e a cana e isso cara tem que ter trator...se num tiver ele tem que pagar...e isso nós tamo falando só dois itens aqui preço da terra e o preço das vacas no verão. Aí veja só, se tu pegar 150 alqueiro vezes 100 mil, dá 15 milhões se não me engano né que dá, porque 10 alqueires da um milhão, 100 da quinze milhões, junto com as vacas mais dois e meio e aí vai indo assim...isso só dois itens só (Agricultor Camponês 02, 2022, meus destaques).

Ele destaca todas as despesas que envolvem o desenvolvimento da produção leiteira em uma fazenda. De acordo com os números que ele apresenta, é quase impossível uma pequena propriedade sustentar-se por muito tempo diante de todas as circunstâncias que envolvem a produção do leite. Com o preço dos insumos em alta e

com o preço do leite em baixa, esses agricultores camponeses têm buscado alternativas para permanecer em suas terras.

Os relatos exemplificam o processo de resistência econômica camponesa por meio da adoção de alternativas de produção, permitindo-lhes continuar, por um tempo, sua reprodução no campo maranhense. Kieling e Deponti (2015 apud Ploeg, 2008) descrevem como a resistência campesina tem se constituído no campo brasileiro:

resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrupe bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré (Kieling; Deponti, 2015, p.04 apud Ploeg, 2008, p. 289).

Conclusão

A resistência dos camponeses em relação à dominação e subordinação do capital assumiu novas conformações, métodos de luta, formas de organização no contexto de ascenso da organização dos movimentos sociais, especialmente nos anos 1980. Essa resistência contribuiu para a consolidação dos movimentos sociais como referências nas lutas, tanto no campo quanto nas cidades, a exemplo do MST. Os movimentos sociais têm sido reconhecidos como a principal forma pela qual os camponeses confrontam a ordem social desigual, buscando melhores condições de vida, reivindicando seus direitos e manifestando posicionamentos políticos provocando transformações sociais.

Os movimentos socioterritoriais, por exemplo, potencializam as lutas das populações do campo que se unem de forma coletiva e se organizam em movimentos sociais com o propósito de construir ou reconstruir territórios. Esses movimentos surgem a partir de ações sociopolíticas desenvolvidas por sujeitos sociais coletivos, os quais têm como objetivo lutar socialmente pela conquista ou resistência territorial. Essas ações coletivas são fundamentais para fortalecer a identidade e reivindicar direitos

das comunidades rurais, que buscam alcançar a justiça social e a melhoria de suas condições de vida no campo (Fernandes, 2005).

No entanto, é importante reconhecer que a capacidade de resistência dos camponeses não se limita apenas aos movimentos sociais. O estilo de vida e as práticas sociais dos camponeses também demonstram uma forma de resistência que não se restringe aos confrontos abertos ou a formas de ação em rede transnacionais dos movimentos sociais como a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Camponesa). Essa resistência pode ser manifestada por meio de ações localizadas e ancoradas no território. O artigo buscou demonstrar que este é o caso dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São F. do Brejão/MA que não estão integrados diretamente a um movimento socio territorial, entretanto são resistência territorial no lugar que ocupam, já que estão em constante processo de luta pela continuação de suas formas socio metabólicas de vida.

Essa resistência ocorre na cadeia produtiva leiteira do município estudado a partir de estratégias produtivas nas propriedades dos agricultores camponeses, como vimos nas falas desses sujeitos no tópico anterior. As frações burguesas do agronegócio e as formas de regulamentação estatal, tal como as IN, estão cotidianamente constringendo por meio de coerções econômicas e extraeconômicas esses agricultores camponeses para que eles deixem de existir nesse espaço. A dupla ofensiva, por meio das normatizações que regulamentam a produção leiteira (mas que não integra os agricultores camponeses), e pelo avanço da Empresa Suzano Papel e Celulose S/A no território do campo maranhense confirmam que o capital objetiva redefinir os territórios como áreas subordinadas aos imperativos do capital em uma era de supremacia financeira que, afinal, catalisa esses empreendimentos destrutivos da vida camponesa.

Os agricultores camponeses estão constantemente desenvolvendo estratégias produtivas para continuar existindo nesse espaço, pois a principal forma de resistência deles é existir, é ocupar esses espaços. Eles possuem profundo entendimento do ciclo de apropriação e expropriação que ocorre nesse território.

Assim, a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização de entidades nacionais/transnacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas (Fabrini, 2007).

É importante reiterar aqui a potencialidade dos movimentos socioterritoriais, esses movimentos sociais são essenciais para as lutas camponesas, todavia essa luta não se restringe somente a esse processo organização institucional dos movimentos sociais, pois essa resistência se desenvolve e se alimenta também dessa “energia local” e das particularidades do campo, como é o caso da resistência territorial dos agricultores camponeses da cadeia produtiva leiteira de São F. do Brejão. Nesse prisma, alternativas como o reconhecimento da origem dos derivados de laticínios, as formas de desenvolvimento científico-tecnológico que consubstanciem tais estratégias, os processos formativos que conjuguem ciência e saberes tradicionais são vias imprescindíveis para abrir novas vias históricas para a vida camponesa no Maranhão e no Brasil.

Referências

ALVES, V.; NÓBREGA, M. Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia diante da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose na Região Tocantina Maranhense. **Espaço & Geografia**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40119/31181>.

BEM, A.; FABRINI, J. A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon – PR. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005.

BRASIL. **Instrução normativa nº 51 de 18 de setembro de 2002**. Comissão Técnica Consultiva permanente, com vistas à avaliação das ações voltadas para a melhoria da qualidade do leite no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Instrução normativa nº 62 de 18 de dezembro de 2011**. Comissão Técnica Consultiva permanente, com vistas à avaliação das ações voltadas para a melhoria da qualidade do leite no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.

CARNEIRO, J. **A inserção camponesa na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz/MA: entre a autonomia e a subordinação**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 242, 2022.

CARNEIRO, M. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. **Sinais Sociais**, v. 10, p. 129-149, 2015.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Boletim do leite/fevereiro 2022**. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0861489001645193487.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Boletim do leite/novembro 2022**. Disponível em:<
<https://cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0903825001668796527.pdf> . Acesso em: 1 dez. 2022.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Análise mensal – leite e derivados**. Dez. 2021. Disponível em: < https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-leite/item/download/40978_b5842f58492ea4b062c4fecfd10ff865e> Acesso em: 1 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, M. **Essa terra é nossa**: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no estado do Maranhão. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. CONGRESSO SOBER, 45., Londrina. **Anais...** Londrina, 2007.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Anuário leite 2022**. Disponível em: <https://embrapa.br/gado-de-leite> Acesso em: 10 fev. 2023.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Gado do leite – importância econômica**. Disponível em:<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/importancia.html> Acesso em: 22 fev. 2022.

FABRINI, J. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 10, n. 11, jul./dez. 2007.

FERNANDES, B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, (2004-2020).

KIELING, R; DEPONTI, C. Produção orgânica como resistência ao modelo agrícola **convencional**: breve reflexão sobre o projeto ATER no município de Cândido Godói. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

MACEDO, R. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário 2011-2012**. Brasília: Secretaria de Política Agrícola, 92p., 2011

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

OLIVEIRA, A.; SILVA, D. A indústria extrativista e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho em regiões periféricas: o caso da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 313-332, set./dez. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p313>

PLOEG, J. O princípio camponês. *In*: PLOEG, J. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, jul. 2009.

SILVA NETA, M. **“Sou uma mulher praticamente livre”**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2018.

SILVA, P.; SOUZA, P.; FREIRE, F. Observação como técnica de pesquisa qualitativa: panorama em periódicos contábeis brasileiros. CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 4., **Anais...** Brasília, 2018.

VIANA, G.; FERRAS, R. Um estudo sobre a organização da cadeia produtiva do leite e sua importância para o desenvolvimento regional. **Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 5, n. 1, 2007. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/32980 Acesso em: 22 fev. 2022.

Recebido em 29/07/2023.

Aceito para publicação em 22/11/2023.